



IV SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Educação Pública em Tempos de Reformas”

Dourados - MS, de 09 a 11 de Setembro de 2019

ESTÁGIO OBRIGATÓRIO: LAICIDADE NO ENSINO E VIVÊNCIAS SIGNIFICATIVAS NA FORMAÇÃO DOCENTE

Eduarda Duarte CACHO (UFMS)¹

Jéssica da Costa BRITO (UFMS)²

Sandra Novais SOUSA (UFMS)³

Eixo 4 – Experiências e Práticas no Estágio Supervisionado

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a prática pedagógica realizada na disciplina de Estágio Obrigatório na Educação Infantil III, que ocorreu no 7º semestre do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no ano de 2019. É importante destacar que a realização do Estágio na formação inicial permite visualizar a realidade de determinada instituição, possibilitando ao futuro/a educador/a conhecer e refletir sobre o âmbito que irá ter contato em sua vida profissional. Por isso, a relevância do Estágio, afim de possibilitar uma aproximação com práticas pedagógicas, com profissionais e alunas/os, ou seja, com o campo escolar de forma geral. As etapas deste são: observação, planejamento orientado e regência, discutidas e contextualizadas no decorrer do artigo. Alguns pontos que destacaram-se foram: reflexões e leituras de múltiplos aspectos proporcionados pelo Estágio; práticas docentes da professora regente, como dar voz às vontades das crianças, atividades que trabalham a linguagem oral e o brincar, etc; e a utilização de episódios observados que resultou em uma problemática levantada: laicidade nas instituições de ensino. Compreendeu-se que as orações cristãs nas escolas públicas ferem não somente a legislação educacional e a Constituição da República, como também sinaliza a dicotomia entre o tratamento dado à educação das classes populares à educação destinada à elite.

Palavras-chave: Educação Infantil. Estágio Obrigatório. Laicidade.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, por muito tempo, não era reconhecida da maneira como é hoje, tendo em vista as diferentes concepções de infância nos momentos históricos

¹ Acadêmica de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul eduardaduartechacho@gmail.com

² Acadêmica de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul jessica.cbrito13@gmail.com

³ Orientadora do Estágio Obrigatório e professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul sandnovais@hotmail.com

distintos. Em seu primórdio, detinha apenas uma visão assistencialista, não reconhecendo as especificidades desses sujeitos que requerem o cuidar e o educar.

É apenas com a Constituição de 1988 e mais tarde com a Lei de Diretrizes e Base de 1996 que o olhar para essa faixa etária avança, tendo em vista que se passa a reconhecer “[...] as instituições de atendimento às crianças como parte do sistema educacional”. (NASCIMENTO, 2015, p. 17451). Assim, esses documentos legais colocam a educação infantil como primeira etapa da educação básica e garantem-na como um direito das crianças, que deve ser respeitado e efetivado.

Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo refletir sobre a prática pedagógica realizada na disciplina de Estágio Obrigatório na Educação Infantil III, que ocorreu no 7º semestre do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no ano de 2019.

Ademais, intenciona-se analisar determinado contexto de uma instituição pública no município de Campo Grande/MS, para notar as peculiaridades da Educação Infantil nessa escola. O estágio ocorreu no Grupo 5, durante o período vespertino, com total de 32 horas, com 12 horas de observação e 20 horas de regência.

O Estágio Curricular Obrigatório é um componente essencial no processo formativo da docência, à medida que favorece a inter-relação entre as teorias vislumbradas até o momento e as práticas, assim como oportuniza a construção de práticas e de um *habitus professoral* que auxiliará no decorrer das carreiras profissionais, futuramente.

No presente artigo, será descrito algumas das práticas observadas e realizadas visando sistematizar as ações e vivências das estagiárias ao longo de seu desenvolvimento. Por fim, uma breve problematização, no qual analisa-se a relação entre teoria e prática, por meio do aprofundamento teórico. de uma situação vivenciada durante o estágio, além de refletir sobre os processos formativos possibilitados pela realização da disciplina.

Descrição das atividades observadas

Neste momento objetiva-se elucidar as características da turma e a organização das práticas das docentes, assim como outros pontos quais foram fundamentais para o planejamento e regência do estágio.

Um dos primeiros aspectos que merece atenção refere-se à utilização dos mobiliários disponíveis na sala, configurando-se como um ponto positivo observado, ao passo que geralmente algumas instituições não apresentam um arsenal de recursos pedagógicos. Logo, observar uma atividade que tem como recursos materiais que fazem parte do cotidiano das crianças acrescentou muito em nossa formação. Assim como, o uso desses acarreta nas crianças um sentimento de pertença e um envolvimento maior.

Outro elemento que merece destaque foram as práticas pedagógicas desenvolvidas pela professora regente no segundo dia de observação. A professora realizou uma oração e depois conversou sobre o atentado ocorrido na Escola Estadual Raul Brasil, em Suzana, São Paulo, e os comportamentos de *bullying* e o respeito às diferenças. As crianças deram suas opiniões de vivências acerca da temática, relatando que tinham conhecimento sobre o caso. Depois a professora fez a leitura do quadro de rotina, conversou sobre o clima do dia e a data - utilizando como recurso o calendário preso na lousa-. Por fim, selecionou algumas crianças para contar a quantidade de meninas, de meninos e o total de crianças.

Depois da “roda de conversa”, as crianças brincaram os brinquedos levados de casa e os da sala. Sobre essa temática, Vygotsky foi um grande pesquisador e defensor das brincadeiras e dos brinquedos para o desenvolvimento infantil. Assim, de acordo com ele (apud REGO, 2014, p. 81-82). por meio do brinquedo, a criança aprende a atuar em uma esfera cognitiva dependente de motivações internas. Com isso, ela também pode imaginar, abstrair características dos objetos reais, criar situações ilusórias, solucionar impasses e, essencialmente, se projetar nas atividades e nos papéis dos adultos.

Após a “hora do brinquedo e das brincadeiras”, uma prática que não observamos nos demais dias de observação refere-se à higiene das mãos antes do lanche e do intervalo. E, curiosamente, a atividade principal era sobre higiene. Primeiramente, a professora organizou o ambiente enquanto as crianças guardavam seus lanches e pertences, depois mostrou alguns produtos de higiene (talco, shampoo, lenço umedecido, papel higiênico, escova de dente, creme dental, fio dental, protetor solar, desodorante etc). Deixou, então, que as crianças observassem as embalagens com calma, dialogando sobre a importância da higiene e dos produtos. Por fim, solicitou um desenho como registro da atividade.

Contudo, observamos que uma das docentes “liberou” o desenvolvimento da atividade para todas as crianças presentes ao mesmo tempo. Isto dificultou a ação de algumas crianças, pois em alguns momentos houve um certo tumulto e agitação entre elas. Com isso, cremos que, se mais controlado e com uma quantidade de crianças menor em cada etapa do circuito, a atividade seria melhor aproveitada. Apesar disto, a professora estava a todo tempo mediando o momento e auxiliando aqueles que tinham menor agilidade.

Os últimos pontos de destaque ênfase ocorreram no último dia, um diz respeito à construção de planejamentos contundentes e com mediações a todo momentos e o outro refere-se a utilização de artefatos culturais significativos, e não midiáticos e sem especificidades: 1. Com a entrada da professora de Arte, a atividade realizada foi um desenho livre, no caderno de desenho, utilizando os lápis de cor. É visível que, nos momentos livres, sem muita mediação, as crianças ficam mais agitadas que comumente, à medida que, no dia anterior, e até mesmo no instante de brincadeiras, elas estavam mais calmas, e neste momento, não, mesmo com muitos faltosos (havia 12 crianças presentes). Precisamos pontuar que, o desenho livre foi proposto para os dois tempos, só foi pausado para o lanche e intervalo, finalizando somente as 16h, quando iniciou a aula de Educação Física; 2. Nesta aula, a professora optou por passar um filme para a turma do grupo 5 C e para a turma do grupo 4, pois nesta turma foram apenas 4 crianças. Com o recurso da televisão e do aparelho de DVD, as crianças assistiram um filme sobre um menino que gostaria de ir ao espaço. Logo, não era um enredo comercializado e, muito menos, um personagem já conhecido por elas, o que é um fato relevante, pois

a personagens midiáticos (Barbie, figuras da Disney, Garfield, Piu-piu, Mônica, Cebolinha, Hello Kitty, a lista é grande!), instituem uma visualidade dominante reduzindo as possibilidades de ampliação de repertórios imagéticos, uma vez que acompanham o arquivo de imagens com as quais as crianças convivem cotidianamente também fora do espaço escolar. (CUNHA, 2005, p. 144 apud OSTETTO, 2010, p. 34).

Como observamos dois dias em que houveram aulas de Educação Física e Arte, podemos concluir que conforme os modos de condução das atividades e as metodologias utilizadas, as crianças ficam mais agitadas e desconcentradas. Esse fato não foi tão expressivo no dia em que a professora regente estava com a turma.

Acredita-se, com todas as questões pontuadas, que esta fase foi essencial para o progresso do estágio, essencialmente para o planejamento e a regência. Com a interação realizada com as crianças, principalmente nos tempos delimitados às brincadeiras, foi possível aproximar-se à elas e criar laços afetivos, que são extremamente relevantes nos processos educativos.

Período de regência: momentos de aprendizagens significativas

O momento da regência propicia acesso à vivência da teoria em situações reais, possibilitando assim uma articulação entre teoria e prática. Ainda que as vinte horas de regência no estágio não possam ser consideradas suficientes para contemplar todas as especificidades de uma instituição e de uma sala, essa experiência contribui de maneira relevante para que os licenciandos reflitam sobre quais práticas foram mais significativas ou quais poderiam ser substituídas.

Nesse sentido, será citado momentos específicos durante a regência que fizeram as estagiárias refletirem e se auto avaliarem a respeito dos pontos positivos e negativos de atividades planejadas para a turma. Primeiramente cabe destacar que durante todo o período de observação e regência havia acolhida coletiva da escola e a realização da oração, esta também se fez presente pela professora regente em sala, elemento que será discutido ao longo da problematização presente no próximo tópico.

Buscou-se contemplar o brincar em todos os dias, por ter em vista que a importância na vida da criança é expressiva, pois, segundo Lira e Rubio (2014, p.1):

[...] brincando, a criança se expressa, interage, aprende a lidar com o mundo que a cerca e forma sua personalidade, recria situações do cotidiano se expressa; desta maneira percebe-se a importância do brincar como forma da criança expressar-se e desenvolver suas habilidades de criação, de relacionar-se e de interagir.

Ou seja, o brincar e a brincadeira, de forma geral, possibilitam que as crianças interajam com entre si e com o mundo, além de poderem se expressar e demonstrarem seus sentimentos e vontades. Sendo assim, como já citado, o momento da brincadeira fez parte da rotina da turma, todos os dias com um tempo determinado para este fim.

Vale dar enfoque também a importância das contações de história presente na Educação infantil, despertando o interesse pela leitura desde cedo, pois aquelas que têm contato podem ter “[...] um bom desenvolvimento, além é claro de ampliar

atividades básicas como: atenção, memória, concentração, memorização, aumento do vocabulário entre outros” (CASTRO; WINKELER, 2011, p. 14034). Sendo assim, se torna fundamental sua presença, principalmente para oferecer um repertório diversificado para as crianças, tendo em vista que para muitas a escola é o único local que terá acesso a literatura. Logo, em todo o estágio havia leitura de livros diversificados para as crianças.

Em uma das atividades ao longo da regência foi desenvolvido a chamada, no qual uma criança por vez deveria carimbar a palma da mão com tinta em um cartaz com os nomes de todos/as, enquanto os outros colegas ficavam sentados em roda. Este momento poderia ter acontecido de maneira mais organizada e com uma metodologia mais concisa, no sentido de dialogar enquanto as outras crianças esperavam a sua vez, pois houve muita dispersão, sem atenção na vez das demais.

Em outro momento, realizou-se o “Bingo dos nomes”, cada um/a tinha ficha com seu nome e tampinhas de garrafa plásticas para marcar as letras, após, foi entregue um quadro para que eles/as pudessem preencher com seus nomes, a primeira letra e a quantidade de letras, também escrever o nome de um colega. Por fim, foi proposto que desenhassem a brincadeira favorita.

Quanto à essa atividade, foi muito produtiva, principalmente na questão da escrita do próprio nome, mas observou-se que havia muitas funções e comandos, o que deixou algumas crianças com dificuldade, principalmente na questão de quantas letras havia o nome. Em um próximo momento seria contemplado alguns aspectos por vez, para que fosse trabalhado de maneira melhor. Mas, esses fatos não desconsideram a atividade, pois foi possível notar aqueles que têm facilidade ou dificuldade no momento da escrita.

Por fim, destacamos um dos momentos mais significativos do estágio, a realização de experiências, a primeira sendo “A experiência do ovo (ele boia ou afunda?)”, na qual primeiramente passou-se uma caixa surpresa com um ovo enrolado em um jornal, cada um poderia dar sua hipótese sobre o que era, quando todos puderam manusear abrimos a caixa e mostramos o ovo.

A experiência, então, se desenvolveu em um copo, em que foi colocado água e o ovo dentro, que afundou, pelo fato da densidade do ovo ser maior que o da água. Ademais, as crianças foram questionadas sobre o que elas achavam que iria acontecer se acrescentasse sal naquele copo, algumas disseram que ele continuaria afundando, outras já disseram que iria flutuar. Sendo assim, colocamos sal e ovo

boiou, pois, a densidade da água ficou maior. Elas ficaram muito encantadas, compreenderam o motivo do ovo ter afundado em determinado momento e depois ter flutuado.

A próxima experiência, denominada como “Flutua ou afunda?” foi realizado com diferentes objetos, escova e pasta de dente, apontador, protetor solar, fio dental, pente, esmalte, borracha, bola, lápis, entre outros, havia um recipiente transparente com água e cada criança, uma por vez, colocava o objeto na água, questionando todas se iria afundar ou boiar. Ao final, uma das estagiárias explicou o motivo de determinados objetos flutuarem ou afundaram.

Foi significativo inserir a criança no campo da ciência por meio de experiências, uma vez que, dessa forma, permitiu-se que elas entendessem que “[...] o que é ciência, não pelo fato de decorar o significado ou os conceitos, mas por entender que ciência é uma linguagem usada por homens e mulheres para entender o mundo que os cercam” (GHEDIN et al, 2012, p.49). Ou seja, compreendemos que a criança deve vivenciar diversas situações e ter o conhecimento que a ciência é uma forma de linguagem, participando e construindo suas hipóteses, desta forma, aprender brincando.

Problematização: relação entre a prática e a teoria

Durante as fases do Estágio Obrigatório, tanto na observação, quanto na regência, foi possível notar que a oração está presente todos os dias na instituição de ensino, não somente nos momentos coletivos, como a acolhida, como também na sala observada. Esse fato nos levou a questionar de qual forma a discussão da laicidade do ensino de fato está acontecendo na rede pública de ensino, principalmente por vivência práticas de cunho religioso anteriormente, em outros estágios.

Nesta conjuntura, primeiramente ressaltamos que tal discussão está presente na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 5º, inciso VI, que assegura liberdade de crença aos cidadãos, conforme se observa:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; (BRASIL, 1988).

Logo, como posto na Constituição Federal, o ideal perante o aparato legal seria que uma oração, predominantemente de uma religião, não se fizesse presente, pois, ao realizar determinada oração, desconsidera-se tantas outras existentes e até mesmo dos sujeitos que não possuem religião.

Outra legislação também enfatiza esse princípio consiste na Lei nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que em seu Art. 33 prevê:

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurando o respeito a diversidade cultural e religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (BRASIL, 1996).

Conforme o Censo Demográfico Cultural do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), a religião está presente na vida de 92% dos brasileiros, contra apenas 8% de brasileiros que não abraçam qualquer crença religiosa. Dentre os 92%, podemos destacar uma diversidade de crenças: católica, evangélicos pentecostais, adventistas, espíritas, entre outras. Não podemos negar, então, que o ensino assegure o respeito à diversidade religiosa dos cidadãos, não privilegiando nenhuma manifestação.

Estado laico é aquele “[...] onde o direito do cidadão de ter ou não ter religião é respeitado e que assegura a ‘liberdade de consciência’. As únicas restrições feitas a esse direito referem-se à manutenção da ordem pública.” (DOMINGOS, 2009, p. 51). Ou seja, é o Estado que assegura o direito da sua sociedade em manifestar qualquer crença religiosa, garantindo o direito de diversidade.

Assim sendo, é necessário que as instituições públicas compreendam e respeitem a diversidade cultural e religiosa, entendendo que não é sua função, especialmente nas escolas, fazer com que somente determinadas práticas de cunho religioso estejam presentes, principalmente por ter consciência de que não são todos os sujeitos que detém certas religiões.

Um outro fator a ser considerado refere-se à questão das finalidades da educação e aos avanços que os estudos do campo da Pedagogia trouxeram para

esse entendimento. Na gênese da educação escolar, historicamente, a religião cristã esteve presente e influenciou as formas de ensino e disciplinarização das crianças.

Comenius, um dos principais responsáveis pela criação da escola moderna, cujo modelo segue sendo utilizado, sem profundas alterações, na sociedade contemporânea, divulgou uma filosofia em que a educação das crianças objetivava a formação, desde cedo, de futuros cristãos, com vistas à salvação das almas e sua recompensa com a vida eterna no céu, após a morte.

Nesse modelo comeniano,

[...] a infância necessita ser o alvo de todos os esforços possíveis para a salvação do gênero humano, pois é a essência do próprio remédio moderno para a reconstituição dos Estados, das famílias e da sociedade e, portanto, da escola. [...] A escola é vista, portanto, como remédio para a infância, mas também como instância profilática para todos os reinos cristãos. (NICOLAY, 2011, p. 6).

Assim, esse pensamento adequa-se ao sistema capitalista emergente, pois enfatizava não as possíveis contribuições da educação na vida social, cultural e profissional dos estudantes, mas uma formação cristã de bons cidadãos, trabalhadores abnegados, produtivos e submissos, mais focados nas recompensas eternas do que nas terrenas, como a valorização do seu trabalho, salário digno, igualdade de condições para os gêneros masculino e feminino e não serem explorados, entre outras.

A manutenção desse pensamento nas escolas públicas, que atendem essencialmente um público com poucas condições socioeconômicas, reforça esse caráter disciplinador e adestrador da educação e atende aos interesses de quem se beneficia com a desigualdade de condições ofertadas no sistema capitalista, inclusive direcionando determinada classe social ao ensino técnico e profissionalizante e classes privilegiadas a um ensino mais crítico e propedêutico.

Dessa forma, compreende-se que a realização de orações cristãs nas escolas públicas fere não somente a legislação educacional e a Constituição da República, como também sinaliza a dicotomia entre o tratamento dado à educação das classes populares e a educação destinada à elite. Cabe aos professores e profissionais da escola, portanto, serem agentes de mudança e resistência, contribuindo para superar esse pensamento que está arraigado na sociedade, promovendo um ensino libertador que tenha como objetivo a emancipação dos sujeitos e não seu adestramento, pautado, sobretudo, no respeito à diversidade.

Considerações Finais

O Estágio Curricular Obrigatório, principalmente na formação docente, é uma estratégia fundamental, possibilitando assim a percepção da inter-relação entre as concepções teóricas estudadas no decorrer da graduação e as práticas vivenciadas no cotidiano escolar. Todas as ações desenvolvidas (observação, planejamento e a regência) proporcionaram reflexões e leituras de múltiplos aspectos, viabilizando o pensar sobre os elementos positivos e os que poderiam realizar-se de uma maneira melhor.

Um dos elementos importantes observado durante o Estágio Obrigatório diz respeito às relações estabelecidas na turma. A rotina desenvolvida se adapta às necessidades e especificidades das crianças, com momentos destinados ao cuidar, com práticas de higiene e alimentação, e com momentos de educar, com atividades planejadas conforme os campos de experiências previstos nas Orientações Curriculares para a Educação Infantil da Reme de Campo Grande/MS. Durante o dia letivo, muitas vezes observamos que a professora regente dá voz às vontades das crianças, assim possibilitando o trabalho com a linguagem oral.

Relata-se também acerca da regência sobre a relevância da rotina para o desenvolvimento integral das crianças e sobretudo para o planejamento de atividades que contemplassem as orientações curriculares da Educação Infantil e as especificidades das crianças da sala observada. Como o planejamento foi pensado em conjunto com a professora, esse apoio foi essencial para a eficiência das atividades planejadas. Vale destacar, também, que o trabalho docente se torna menos árduo se os objetivos forem bem traçados previamente, pois assim a avaliação da aprendizagem das crianças se faz com qualidade.

Por fim, é válido destacar que refletir acerca de uma problemática observada no decorrer do Estágio Obrigatório foi valioso, à medida que possibilitou um olhar mais crítico e sistemático aos aspectos de observação, além do mais, é extremamente importante para a aproximação com a pesquisa acadêmica, principalmente pelo momento qual vivenciamos: o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <www.mec.gov.br/legis/default.shtm> Acesso em: 14 jun. 2019.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9.394/96**.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes>. Acesso em: 14 jun. 2019.

CASTRO, Gisele; WINKELER, Maria. A importância da leitura na educação infantil: relato de experiência em um cei de Curitiba-pr. X Congresso Nacional de Educação. **EDUCERE**. 2011. Disponível em:

http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5360_3477.pdf. Acesso em: 12 de abr de 2019.

DOMINGOS, Marília de Franceschi Neto. Ensino Religioso e Estado Laico: uma lição de tolerância. **Revista de Estudos da Religião**, v. 9, n. 4, p. 45-70, set., 2009.

Disponível em: http://www4.pucsp.br/rever/rv3_2009/t_domingos.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019.

GHEDIN, Leila, et al. A educação Científica na Educação Infantil. **Revista Areté**, Manaus, v. 6. n. 10, p. 42-62, 2013. Disponível em:

<http://periodicos.uea.edu.br/index.php/arete/article/view/59>. Acesso em: 16 de abr. 2019.

LIRA, Natali; RUBIO, Juliana. A importância do Brincar na Educação Infantil. **Revista Eletrônica Saberes em Ação**, São Paulo, v.5, n. 1, p. 1-22, 2014. Disponível em:

http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Natali.pdf. Acesso em: 15 abr. 2019.

NASCIMENTO, Edaniele. Processo histórico da Educação Infantil no Brasil: educação ou assistência? In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE), 13, Curitiba, 2015. **Anais...**, Curitiba, 2015. Disponível em:

http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17479_9077.pdf. Acesso em: 12 de abr de 2019.

NICOLAY, Deniz Alcione. A noção de infância na Didática Magna de Comenius. **Educação Unisinos**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 3-12, jan./abr.2011.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. Educação infantil e arte: sentidos e práticas possíveis. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Caderno de formação: didática dos conteúdos formação de professores**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

REGO, Teresa Cristina. **Vygostky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 25. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

